



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 1028/XII (3.ª)
– (PCP)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 04/06/2014

Epígrafe. Recomenda ao Governo a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia



Comissão de Economia e Obras Públicas

1. Catorze Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 1028/XII (3.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 02 de maio de 2014, tendo sido admitido a 07 de maio, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. A discussão do Projecto de Resolução (PJR) n.º 1028/XII (3.ª) – (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

(O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que apresentou o projeto de resolução em apreciação, lembrando a reorganização dos portos portugueses que tinha sido operada, com a criação de cinco administrações portuárias e de institutos portuários, para os portos secundários, mantendo-se a autonomia destes. Em 2002, afirmou, foi feita uma inflexão nesta política, com a criação do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) e a inclusão, nesta estrutura, dos portos secundários, que perderam assim autonomia. Em 2009 registou-se uma nova inflexão de política, com criação de administrações portuárias nos portos secundários. Em 2013, o IPTM foi extinto e os portos algarvios ficaram sem tutela e o Governo fragmentou as valências portuárias do Algarve, situação que não tem paralelo em nenhuma outra região do país. Como consequência, verificou-se um abandono do investimento nos portos algarvios. Recordou ainda que em março de 2013 o PCP tinha apresentado um projeto de resolução recomendando a criação da administração portuária do Algarve, o qual foi rejeitado. Pouco tempo depois, verificou-se a convergência de todos os grupos parlamentares, no sentido de se fazer uma discussão pública sobre esta matéria. Ainda em julho de 2013 o PCP dirigiu uma pergunta ao Governo sobre qual seria a estratégia para a discussão pública, mas o Governo respondeu que estava em preparação legislação sobre as valências portuárias da região, pelo que a discussão pública nunca se realizou. Concluiu, afirmando que a lacuna criada pelo legislador, ao não criar a administração portuária do Algarve, prejudica toda a região, pelo que o PCP solicita que seja criada para o Algarve uma estrutura com o mesmo formato da que existe no resto do país para administração dos portos da região.



Comissão de Economia e Obras Públicas

Usaram da palavra os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Ana Paula Vitorino (PS) e João Paulo Viegas (CDS-PP).

Pelo Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) foi afirmado que, apesar de não concordar com a fundamentação e conclusão deste diploma, o mesmo tem um destaque positivo, que é o facto de esta ser uma das áreas mais importantes do país. Afirmou que no projeto de resolução havia uma mistura de vários conceitos e que deve ter-se em conta que o setor portuário não tem uma realidade única, havendo portos de mercadorias, de passageiros, de pescas e de recreio, alguns com uma plataforma logística e outros não, com diferentes realidades em termos de ligações rodoferroviárias. Em seu entender, também se misturaram conceitos entre administrações portuárias, entidades reguladoras e entidades gestoras. Defendeu uma abordagem do tema com base numa lógica nacional, começando ao nível da regulação e passando depois ao nível das administrações. Concluiu defendendo uma visão global com interesses centralizados, sem pôr nunca em causa os interesses e gestão local.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) sublinhou o mérito do PCP em trazer mais uma vez à discussão um assunto tão importante. Considerou importante ponderar a transferência para a tutela da Docapesca de algumas destas instalações portuárias e lembrou, a este propósito, uma audição realizada na Comissão de Agricultura e Mar sobre esta matéria. Referiu também a tendência europeia de forte participação autárquica na gestão e tutela destas estruturas, existindo cada vez menos um modelo em que essa competência é do Estado. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar iria votar a favor deste projeto de resolução e lamentando que não tivesse havido um debate participado e intenso a nível local.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) referiu que a análise desta questão deve ter em conta as alterações que foram introduzidas e as soluções que foram encontradas. Referiu estarem previstos investimentos para muitos portos no Algarve e lembrou as audições realizadas pela Comissão de Agricultura e Mar sobre esta matéria. Realçou ainda o facto de se permitir a gestão de uma estrutura integrada e discordou da ideia de que esta é uma situação existente apenas no Algarve, tendo lembrado que a Docapesca gere um vasto conjunto de infraestruturas portuárias no país. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar não acompanhava o projeto de resolução em discussão.



Comissão de Economia e Obras Públicas

Concluiu a discussão o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), destacando que o mais importante era a lógica nacional de organização dos portos, com a criação de administrações portuárias que abarcavam todas as valências das respetivas regiões e que o processo foi interrompido antes de se chegar ao Algarve. Em seu entender, o que sobressaia era que, de todas as regiões do país, o Algarve era a que possuía a mais extensa área portuária e era a única que não tinha uma administração portuária que cobrisse todas as valências portuárias. Quanto ao investimento, os portos do Algarve, afirmou, foram postos de lado nos investimentos realizados nos últimos 10 anos. O investimento de que agora se fala é manifestamente insuficiente, referiu. Destacou ainda a evolução da valência turística, a insuficiência de investimento nesta valência, a que acrescia a necessidade de obras de infraestruturas em várias outras valências. Concluiu afirmando ser um erro não estender a lógica da administração portuária aos portos do Algarve).

4. O Projecto de Resolução n.º 1028/XII (3.ª) – (PCP) foi objecto de discussão na Comissão e Economia e Obras Públicas, em reunião de 04 de junho de 2014.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 11 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(PEDRO PINTO)